

**CÂMARA TÉCNICA DE INTEGRAÇÃO DE PROCEDIMENTOS, AÇÕES DE  
OUTORGA E AÇÕES REGULADORAS - CTPOAR  
ATA DA 74ª REUNIÃO**

Data: 14 e 15 de setembro de 2009.

Local: Sala de Treinamento da Diretoria de Procedimentos de Outorga do DAEE,  
localizada na Rua Boa Vista nº. 175, Bloco “B”, 1º andar. São Paulo/SP.

**REPRESENTANTES:**

- Ministério da Integração Nacional: José Luiz de Souza (jose.souza@integracao.gov.br)
- Ministério do Meio Ambiente – ANA: Francisco Lopes Viana (fcoviana@ana.gov.br)
- Ministério do Meio Ambiente - SRHU: Adriana N. P. Ferreira (adriana.ferreira@mma.gov.br)
- Ministério das Minas e Energia: ausente
- Conselhos Estaduais - PR/MT: Emilio Trevisan (emiliotrevisan@suderhsa.pr.gov.br)
- Conselhos Estaduais - MG/ES: Flávia Pitanga Calil Salim (fsalim@iema.es.gov.br)
- Conselhos Estaduais - SP/RJ: Leila de Carvalho Gomes (lgomes@sp.gov.br)
- Conselhos Estaduais - DF/GO: Diógenes Mortari (diogenes.mortari@adasa.df.gov.br)
- Conselhos Estaduais - CE/BA: ausente
- Conselhos Estaduais – AL/RN: Vera Maria Lucas Ribeiro (veraribeiro1@hotmail.com)
- Conselhos Estaduais – PE/PB: Simone Rosa da Silva (simone.rosa@srh.pe.gov.br)
- Prestadoras de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário: Pedro Luis Franco (pedrolpf@sanepar.com.br)
- Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica: Teresa Maria Arruda Lana (teresa.lana@emae.sp.gov.br)
- Indústria: Luiz Cláudio C. Figueiredo (luiz.castro.figueiredo@vale.com)
- Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: João Carlos de Freitas Silva (bpg-pgr@daee.sp.gov.br)
- Organizações não Governamentais: Isabela Lopes Cançado (isabela.cancado@gmail.com)
- Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa: Tânia Lúcia Graf de Miranda (tania.miranda@lactec.org.br)

**DEMAIS PRESENTES:**

- Carlos Alvin Heine (CORSAN / RS) – (carlos.heine@corsan.com.br)
- Célia Regina Buono Palis Poeta (SMA / SP) – (celiap@cetesbnet.sp.gov.br)
- Christine Lombardo (Petrobrás / RJ) – (christinelcp@petrobras.com.br)
- Eduardo Schlaepper Ribeiro Dantas (CEDAE / RJ) – (edudantasrj@hotmail.com)
- Francisco Gusso (DAEE / SP) – (fgusso@sp.gov.br)
- João Clímaco (FONASC / DF) – (climaco@uai.com.br)
- Lílían Apoitia (SEMA / MT) – (lilian\_apoitia@yahoo.com.br)
- Miguel Correa Ortiz Jimenez (ELABORE / SP) – (miguel.ortiz@elabore.com.br)
- Paulo César Cardoso Germano (CORSAN / RS) – (paulo.germano@corsan.com.br)
- Sebastião Vainer Bosquília (CBH – PCJ / SP) – (sbosquilia@sp.gov.br)
- Vânia Lúcia Rodrigues (SABESP) – (vaniarodrigues@sabesp.com.br)
- Wilson A. Bonança (CNA / SP) – (wbonanca@srjundiai.com.br)

**RELATORIA CTPOAR:**

Raquel Scalia Alves Ferreira (SRHU/MMA) - raquel.scalia@cnrh-srh.gov.br

**ASSUNTOS DISCUTIDOS:**

Às 10h do dia 14 de setembro de dois mil e nove, procedeu-se à abertura da 74ª Reunião da Câmara Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras – CTPOAR ocasião em que todos se apresentaram. [Item 2 – Aprovação da Ata da 73ª reunião da CTPOAR.](#) A ata foi aprovada após serem apresentadas sugestões de alterações. Foi solicitada inversão de pauta, o que foi acatado por todos. A reunião iniciou com o item 4 da pauta. Item 4.1 - [Continuação da elaboração da minuta de proposta de resolução que disporá sobre procedimentos gerais para manifestação prévia e outorga de direito de uso de recursos hídricos para fins de diluição de efluentes líquidos ou gasosos, tratados ou não, em corpos de água superficiais.](#) Primeiramente acordaram por nova análise do art. 5º, com isso foram elaboradas alterações semânticas e adaptações técnicas para ajustar o entendimento e objetivo a ser alcançado com a proposta de resolução. Discutiram a posição do comitê de bacia hidrográfica quanto a definição dos parâmetros a serem adotados nesse procedimento de outorga. Contudo foi esclarecido que entre as competências do comitê de bacia não estaria explicitada a de definição de parâmetros. Para esclarecimentos gerais quanto a aplicação da proposta de resolução foram lidos os parágrafos do art. 12 da Resolução CNRH nº 16, de 2001 – “*as vazões e os volumes outorgados poderão ficar indisponíveis, total ou parcialmente, para outros usos no corpo de água, considerando o balanço hídrico e a capacidade de autodepuração para o caso de diluição de efluentes, - a vazão de diluição poderá ser destinada a outros usos no corpo de água, desde que não agregue carga poluente adicional*” e informado que o art. 5º trataria do detalhamento dos conceitos colocados no art. 2º da proposta de resolução. Foi apresentada proposta de um novo inciso referente utilização das técnicas de reuso. Foram apresentadas dúvidas quanto a adoção da definição de diluição, de autodepuração, de assimilação de cargas junto aos respectivos efeitos no oxigênio dissolvido (OD). Assim foram colocadas as diferenças existentes e ressaltada a necessidade de correlação com a definição de vazão de diluição a ser adotada. Considerando a dificuldade de análise da assimilação de cargas, sugeriram que esse tema fosse tratado em parágrafo específico. O intervalo de almoço aconteceu das 12h30 às 14h20. Após o almoço foi dada continuidade a análise do art. 5º e acordaram que colocariam na proposta de resolução o parâmetro e a técnica mais adequada para a outorga de diluição e que sirva de indicativo para os estados que ainda não realizam essas outorgas de diluição. Diante da dificuldade de compreensão da diferença “observarão” e “referências básicas” colocadas respectivamente nos art. 4º e 5º, foi sugerida a união desses artigos. Já com essa tendência foi sugerido um novo texto para o art. 4º, que precisaria ser aprimorado. Ainda sugeriram outras definições quanto a vazão de diluição, ficando a escolha, dentre as 4 definições colocadas, para reuniões futuras. As alterações podem ser observadas no anexo 1. [Item 7. Assuntos Gerais.](#) Nesse momento foram prestados esclarecimentos quanto aos temas 1 e 2 da lista de prioridades colocado pelo Plenário para a CTPOAR (anexo 2), cuja intenção do encaminhamento seria o estabelecimento de um pacto, contendo metas para o avanço da implementação do Sistema de Informação e do Cadastro. Foi comentado que seriam duas metas, uma referente ao número de estados adotando um sistema de cadastro e outra referente ao número de usuários cadastrados. Para iniciar esse movimento foi sugerida a realização de um seminário para a abordagem da temática. Foi focado que essa discussão seria de base, considerando que os instrumentos de informação auxiliariam a implementação dos demais instrumentos. Foi esclarecido que a identificação desses temas para a CTPOAR se deveria face ao envolvimento que a outorga apresenta com esses instrumentos, além do número de estados representados nessa Câmara. Comentaram que o Pré-CNARH poderia ser o elemento introdutório desse pacto que também conteria a tecnologia para migração das informações. Ainda foi dito que os pactos impulsionariam a implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos. Acordaram por uma consulta à ANA para obter informações quanto ao número de estados que ainda não possuem um sistema de informações, bem como um banco de dados.

Questionou-se como os órgãos gestores de recursos hídricos seriam estimulados a assumirem esses compromissos e qual seria o instrumento legal para a formalização dessas metas, sua operacionalização, os recursos financeiros necessários e ainda sobre a continuidade desse pacto até a sua conclusão. Apontou-se que nesse pacto o CNRH demandaria à ANA o compromisso para auxiliar os estados no alcance das metas e para tanto, priorizar recursos financeiros e tecnológicos. Não havendo uma conclusão sobre a matéria a discussão ficou para a próxima reunião. Aproveitando a presença do Diretor João Bosco Senra foi apresentada demanda quanto ao posicionamento do CNRH referente aos procedimentos de outorgas para PCHs, considerando o reflexo nos recursos hídricos quando da somatória desses empreendimentos em uma bacia hidrográfica, contudo foi esclarecido que o encaminhamento de matérias para as CTs, estaria acontecendo com anuência do Plenário do CNRH, portanto a temática deveria ser colocada na próxima consulta de temas para serem priorizados pelo Plenário. [Item 3 - Análise da proposta de resolução que estabelece diretrizes gerais para a definição de vazões mínimas remanescentes.](#) Acordaram pela leitura de toda a proposta de resolução, momento que foi esclarecido que o responsável em quantificar e informar a vazão ecológica seria o órgão ambiental e na ausência da manifestação seria adotado um valor, a partir das características hidrológicas, mas que não viria explicitado no ato de outorga. A discussão ficou concentrada no aprimoramento da definição de termo de alocação negociada de água, com vista a segurança política e jurídica que a definição deveria refletir. Findada essa discussão, foi concluída a leitura e análise do texto da proposta de resolução, ficando conforme o anexo 3. Decidiram pelo encaminhamento da proposta de resolução para a CTAP que durante reunião conjunta acontecida em 2007, foi acordada a demanda para a CTPOAR, estando concluída e por isso necessitaria retornar a CTAP. Para tanto sugeriram uma reunião conjunta, para posterior encaminhamento, pelas câmaras envolvidas, para a CTIL. A reunião foi suspensa às 18h30. No dia 15 de setembro de 2009, foi dada continuidade à 74ª reunião da CTPOAR a partir das 09h30 com item 5 da pauta. [5.1 – Apresentação sobre plano de emergência e contingência de barragens do setor elétrico, a ser realizada pela representante das Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica, Sra. Teresa Maria Arruda Lana \(ABRAGE – EMAE\).](#) Primeiramente foi comentado sobre a inexistência de regulamentação sobre essa matéria, bem como da padronização de planos, que atualmente são iniciativas isoladas das empresas. Foram destacados como documentos sobre o assunto: o Guia Básico de Segurança de Barragens e o Manual de Segurança e Inspeção de Barragens. Foi apresentada uma possível definição de planos de emergência que seria: Normas, procedimentos de operação e manutenção, envolvendo aspectos técnicos, organizacionais e administrativos, com o objetivo de garantir a segurança da operação hidráulica de usinas e reservatórios, que se diferenciaria do plano de contingência que abordaria os aspectos referentes a ocorrência de riscos imediatos à segurança da usina e conseqüentemente das populações e propriedades localizadas a jusante, bem como dos danos significativos às instalações. Foi sugerido como diretrizes básicas de um plano de emergência: descentralização do comando, segurança da comunidade, veiculação de informações, retorno a situação normal, produção de energia, navegação e outros uso, ferramentas de comunicação e recursos. Como procedimentos que devem constar em um plano de emergência foram destacados: os estados operativos (normal, atenção, alerta e emergência), a curva de operação ou o diagrama de operação. Também foi citada a ferramenta, mapas de inundação, que poderia auxiliar e compor os planos de emergência, bem como o seu conteúdo mínimo: localização, fluxograma da comunicação, detecção de emergência e níveis de alerta, responsabilidades, caracterização da instalação e da região, mobilização de recursos humanos e logística, encerramentos da operação, manutenção do estado de prontidão, aprovação, distribuição e atualização. Ficou retratada a dificuldade de entendimento da definição desses planos como de emergência e/ou contingência, ocasião

em que foram lidas as respectivas definições constantes da Resolução CNRH nº 37, de 2004. Foi comentado sobre as ações que o setor elétrico já implementaria para a segurança da população a jusante (ação de contingência), no caso a construção do barramento já considerando um volume de espera. Ponderaram sobre a responsabilidade de aprovação desses planos, bem como do projetista, do construtor, do empreendedor, do órgão de recursos hídrico e do operador. Comentaram também sobre a necessidade de análise integrada desses planos entre as áreas de recursos hídricos, de meio ambiente e de uso e ocupação de solo, bem como a análise integrada do licenciamento ambiental. Concluída a apresentação (anexo 4) ficou enfatizada a necessidade da existência de regulamentação para tratar do assunto, para tanto acordaram que na próxima reunião fariam a leitura detalhada do substitutivo do PL 1.181, de 2003, que trata do tema, podendo com isso ser encaminhadas sugestões para seu aprimoramento e na sequência a elaboração de uma proposta de resolução referente ao tema. [Item 7 – Assuntos Gerais](#) Ainda questionaram a utilização da Portaria do Ministério da Integração nº 70 (anexo 5), de 2004 nos procedimentos para outorga. A reunião foi encerrada às 11h47, ocasião que foi confirmada a próxima reunião para os dias 19 e 20 de outubro, em Brasília, sendo que no dia 20/10 a CTPOAR participaria da Oficina Vazões Ambientais no Contexto do SINGREH. Ainda foi ratificada a participação da CTPOAR na mesa redonda magna do I Congresso Internacional de Meio Ambiente Subterrâneo, conforme a pauta dessa reunião, a partir das 14h. [Item 6 – Participação na Mesa Redonda Magna do 1º Congresso Internacional de Meio Ambiente Subterrâneo \(Tema: responsabilidade Ambiental e o Meio Ambiente Subterrâneo. Moderador: Nelson Pereira dos Reis – FIESP; Palestrantes: Gregory Sullivan – EPA e Rodrigo Cunha – CETESB\)](#). Primeiramente ocorreu a palestra do Sr. Gregory Sullivan que tratou do controle da contaminação das águas subterrâneas a partir dos mecanismos de controle governamental das instâncias existentes, com destaque para as regulamentações de uso e ocupação do solo, e a forma de efetivá-las. Ele também comentou sobre a importância do monitoramento e mapeamento das áreas com probabilidade de contaminação. O palestrante Rodrigo Cunha, fez comentários sobre os regulamentos existentes referentes as áreas contaminadas no Brasil, com destaque para a Lei Estadual de São Paulo nº 13.577, de 2009 e fez uma análise da evolução obtida nesse documento legal a partir das diretrizes existentes anteriormente. Destacou algumas características dessa regulamentação como: as metas de remediação, as ferramentas de avaliação, os instrumentos econômicos para essa gestão e a possibilidade de denúncia espontânea e sugeriu a regulamentação da Lei Estadual, principalmente no que tange a criação do Fundo. As palestras encontram-se disponíveis no site do evento – [www.abas.org.br/cimas/](http://www.abas.org.br/cimas/).

Ata aprovada na 75ª reunião, realizada nos dias 19 e 20 de outubro de 2009.

**Leila Carvalho Gomes**  
Presidente da CTPOAR

**Raquel Scalia Alves Ferreira**  
Relatora da CTPOAR